



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª CÂMARA CÍVEL

18
241

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0186396-1/01

AGRAVANTE: Município de Jaboatão dos Guararapes

AGRAVADO: Carlos Alberto Galvão

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

5526

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE REFORMA DE DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A APELAÇÃO CÍVEL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE EXTINGUIU EXECUÇÃO FISCAL PELO PAGAMENTO, SEM CONDENAR O EXECUTADO EM CUSTAS E HONORÁRIOS. 1. Embora equivocadamente manejada, na hipótese, a via do agravo doméstico, o recurso merece conhecimento, como recurso de agravo, em homenagem à instrumentalidade das formas e à técnica da fungibilidade recursal (Súmula 42 desta Corte), porque comprovada a tempestividade. 2. Na decisão agravada registrou-se que, em tese, o executado deveria ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que efetuou o pagamento do débito fiscal que lhe foi imputado, pela via administrativa e após ter sido citado (na execução). 3. Entretanto, considerou-se que as circunstâncias dos autos apontavam no sentido de que, a continuidade do feito para a cobrança dos honorários advocatícios significaria uma injustificável movimentação do aparato judicial, quer porque o valor perseguido a esse título (R\$531,69) superaria o custo operacional de sua cobrança judicial, quer porque o desiderato do feito executivo, o adimplemento da dívida fiscal, restou cumprido. 4. Nesse panorama, a aplicação concreta da tese recursal representaria afronta aos princípios da razoabilidade, da finalidade e do próprio interesse público. 5. Agravo Regimental, recebido como Recurso de Agravo, e improvido à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo regimental nº 0186396-1/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 14 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0186396-1/01
AGRAVANTE: Município de Jaboatão dos Guararapes
AGRAVADO: Carlos Alberto Galvão
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

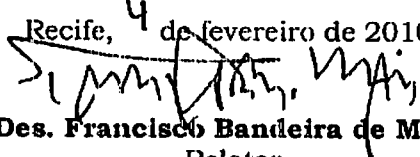
RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental interposto pelo **Município de Jaboatão dos Guararapes** em face de decisão terminativa que negou provimento à apelação cível nº 0186396-1, mantendo a sentença que, considerando a satisfação integral do débito, extinguiu execução fiscal, sem condenar o executado ao pagamento de custas e honorários.

O agravante requer seja conhecido e provido o presente recurso, para *"que seja dado provimento à apelação da ora agravante para que o agravado seja condenado ao pagamento da verba honorária"*.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 4 de fevereiro de 2010.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0186396-1/01
AGRAVANTE: Município de Jaboatão dos Guararapes
AGRAVADO: Carlos Alberto Galvão
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

Prima facie, observo tratar-se de recurso contra decisão monocrática que negou seguimento a recurso, sendo, pois, o caso de agravo legal, tal como previsto no art. 557, § 1º, do CPC.

Todavia, embora equivocadamente manejada, na hipótese, a via do agravo doméstico, o recurso merece conhecimento, em homenagem à instrumentalidade das formas e à técnica da fungibilidade recursal, visto que comprovada a tempestividade. Recebo-o, portanto, como recurso de agravo.

Eis o teor da decisão que se pretende reformar:

"Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Jaboatão dos Guararapes contra sentença prolatada pelo Juízo das 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Jaboatão dos Guararapes, nos autos da Execução Fiscal nº 222.2005.003130-7, que, considerando a satisfação integral do débito, extinguiu o processo nos seguintes termos:

"Diante o exposto, com fulcro no art. 794, I, CPC, extingo o processo executivo, posto que o devedor satisfaz a obrigação com o pagamento do débito (CDA Nº 69.110.02736.9).

Sem custas e sem honorários (art. 39, da Lei nº 6.830/80)."

Em retrospecto, anoto que a ação de execução fiscal subjacente ao presente recurso foi inicialmente despachada em 30.03.2005, tendo por objeto débitos tributários referentes a IPTU e Taxas Imobiliárias.

Expedida a carta de citação, esta restou cumprida positivamente em 08.11.2006 (cf. aviso de recebimento às fls. 07). No entanto, o executado não pagou a dívida nem ofertou bens à penhora, conforme certidão exarada em 27.02.2007 (fls.08).

Em 06.03.2007, foi expedido mandado de penhora e avaliação, negativamente cumprido, pois o meirinho não encontrou bens do executado passíveis de penhora.

Intimada a se pronunciar, a Fazenda exeqüente, em petição às fls. 13/14. (interposta em 15.05.2007), requereu fosse oficiado ao DETRAN, à Receita Federal e ao Cartório de Imóveis de Jaboatão dos Guararapes no intuito de localizar bens do executado passíveis de penhora.

Ag Reg.0186396-1/01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

Tal pleito restou indeferido pelo Juízo a quo por entender que tais diligências constituem ônus do exeqüente, sob pena de, decorrido in albis o prazo estipulado de 30 dias, proceder-se à suspensão do feito por um ano e posterior arquivamento sem baixa (art. 40, §§ 1º a 3º, da Lei n. 6.830/80).

Na seqüência, em petição às fls. 21/25, o Município exeqüente requereu: i) a extinção da ação quanto ao valor principal e, "conseqüente extinção do crédito tributário", face ao pagamento do débito (art. 794, I, do CPC e 156, I do CTN); ii) o prosseguimento do feito em relação aos honorários advocatícios, tendo em vista que "o pagamento foi realizado após a propositura da execução fiscal".

Em seguida, o Juízo a quo proferiu o ato sentencial nos moldes suso transcritos.

Irresignado, o Município do Jaboatão dos Guararapes apelou, assinalando, em síntese, que: i) "extinto apenas o crédito tributário, a execução fiscal deve prosseguir quanto a custas e honorários advocatícios, sendo impossível declarar extinta a execução fiscal com fulcro no art. 794, I, do CPC, pois a obrigação do Executado ainda não foi satisfeita"; ii) a sentença deve ser reformada em relação à condenação em honorários advocatícios pela sucumbência, uma vez que os mesmos são "devidos aos causídicos pela atuação profissional com fulcro o art. 26 do CPC c/c art. 22, § 2º, e 23 do Estatuto da OAB".

Apesar de regularmente intimada, a parte apelada não apresentou contrarrazões (cf. certidão às fls. 41).

É o essencial a relatar.

Conforme antedito, o Juízo de primeira instância, tendo em vista a satisfação do débito exeqüendo, declarou a extinção do feito, deixando de condenar a parte executada ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

Pois bem.

Registro, de logo, que não merece prosperar a pretensão do Estado apelante em exigir a condenação da parte executada nas custas processuais.

Com efeito, nos termos do artigo 39, caput, da Lei n° 6.830/80, a Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos, sendo certo, assim, que, in casu, a Fazenda exeqüente não suportou o pagamento de quaisquer custas processuais.

Resta avaliar o cabimento e a viabilidade da condenação na verba honorária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

Se o adimplemento da dívida tributária se operou na via administrativa em momento posterior à citação do devedor no processo de execução, é devida, em regra, a condenação da parte executada em honorários advocatícios (nesse sentido, confira-se, do Superior Tribunal de Justiça, REsp 842.670/PR; e deste e. Tribunal veja-se AC 0053119-1).

Assim, considerando que o executado efetuou o pagamento do débito fiscal que lhe foi imputado, pela via administrativa e após ser citado para tanto, em tese deveria o mesmo ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios.

Porém, in casu, deve-se levar em consideração que a dívida fiscal, quando quitada – em 23.07.2007, conforme se depreende do extrato de débito às fls. 23 –, correspondia a R\$ 5.316,914, de sorte que o valor dos honorários advocatícios equivalia a R\$ 531,69.

Ora, o exercício da jurisdição deve sempre levar em conta a utilidade do provimento jurisdicional pretendido em relação ao custo social de sua preparação – tudo em homenagem aos princípios da razoabilidade, da finalidade e do próprio interesse público.

Com isso, a pretensão de cobrar valor irrisório a título de honorários advocatícios configura desperdício de verbas públicas, na medida em que a movimentação do aparato judicial, nesse caso, revela-se contraproducente e antieconômica.

Isso porque o custo operacional empreendido na mobilização da máquina judiciária, in casu, superaria o valor da verba honorária ora reclamada (se já não o superou, com a tramitação do presente apelo).

Nesse sentido, já se posicionou este e. Tribunal de Justiça:

“EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR ÍNFINO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Não há sentido em mover a máquina judiciária para cobrança de débito, relativo a honorários, de valor ínfimo. 2. No caso vertente, o débito fiscal, quando quitado (em 30/08/1996), correspondia a R\$ 80,60 (oitenta reais e sessenta centavos), de modo que os honorários advocatícios, àquela época, equivaliam a R\$ 8,06 (oito reais e seis centavos). 3. A Lei nº 10.522/2002 dispõe, em seu art. 20, §2º, que “Serão extintas as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a 100 Ufrs (cem Unidades Fiscais de Referência)”. 4. Apesar de não haver norma similar no âmbito estadual, tem-se que o presente executivo fiscal não deve prosseguir, seja porque já atingiu a sua finalidade – o pagamento do débito fiscal –, seja por conta do caráter irrisório do valor perseguido pela Fazenda Estadual a título de honorários advocatícios. 5. Apelo improvido, à unanimidade.” (AC 0050238-9 – Rel. originário Des. José Alexandre Vasconcelos Aquino – Rel., Ag Reg 0186396-1/01)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

por sucessão, Des. Francisco Bandeira de Mello. Órgão julgador:
8ª Câmara Cível, j. em 05/01/2007). **Grt/fel.**

Ante o exposto, nego seguimento ao apelo, porquanto manifestamente improcedente, haja vista que a ação de execução fiscal subjacente ao presente recurso não merece seguir adiante, seja porque restou cumprido o seu desiderato (à vista do adimplemento da dívida fiscal), seja em razão da insignificância da verba honorária perseguida pela Fazenda ora apelante.

Publique-se."

Pois bem.

Em suas razões recursais, o Município agravante afirma "a impossibilidade de extinção da execução enquanto em aberto custas e honorários".

Nesses termos, desenvolve argumentação: (i) acerca da previsão, no CPC, da obrigação da parte desistente, ou que tenha reconhecido o pedido, de arcar com despesas e honorários; (ii) sobre a disciplina dos honorários advocatícios pelo Estatuto da OAB; (iii) suscitando que a decisão agravada – por ter, ao fim e ao cabo, impedido o prosseguimento da apelação – representaria violação à garantia constitucional de acesso à Justiça para o Município, que restaria impossibilitado de perseguir seus créditos judicialmente, como também ao princípio da separação dos poderes e à autonomia municipal.

A presente insurgência, entretanto, não merece acolhida.

Ora, na decisão ora agravada registrou-se que, em tese, o executado deveria ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que efetuou o pagamento do débito fiscal que lhe foi imputado, pela via administrativa e após ter sido citado (na execução).

Entretanto, considerou-se que as circunstâncias dos autos apontavam no sentido de que a continuidade do feito para a cobrança dos honorários advocatícios, significaria uma injustificável movimentação do aparato judicial.

Isso porque, o valor perseguido a esse título (R\$531,69) superaria o custo operacional de sua cobrança judicial, revelando-se, pois, contraproducente e antieconômica a subsistência do processo.

Levou-se em conta, ademais, que o desiderato do feito executivo, o adimplemento da dívida fiscal, restou cumprido.

Nesse panorama, muito embora toda a argumentação recursal, em termos teóricos, seja plausível e pertinente à hipótese dos autos, a sua aplicação, na prática, pelas razões supra apresentadas, representaria afronta aos princípios da razoabilidade, da finalidade e do próprio interesse público.

Ag Reg 0186396-1/01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

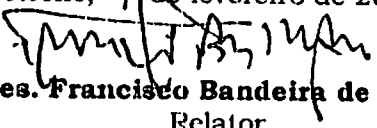
Consigne-se, à propósito, que à luz de tais princípios, e justamente para evitar a propositura de lides economicamente inviáveis – porque mais custosas que proveitosas –, as Procuradorias das Fazendas Públicas têm editado atos normativos fixando valores mínimos para o ajuizamento de ações executivas, valores estes que superam o dos honorários da presente hipótese.

Nesse panorama, é de se ver que as razões recursais não trouxeram qualquer argumento capaz de infirmar os fundamentos da decisão agravada.

Ante o exposto, **nego provimento** a este Regimental, recebido como Recurso de Agravo.

Ê como voto.

Recife, 4 de fevereiro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator